

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)  
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

## PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº125 - DEZEMBRO - PORTO VELHO, 2003  
VOLUME VIII

ISSN 1517-5421

EDITOR  
**NILSON SANTOS**

### CONSELHO EDITORIAL

**ALBERTO LINS CALDAS** - História - UFRO  
**CLODOMIR S. DE MORAIS** - Sociologia - IATTERMUND  
**ARTUR MORETTI** - Física - UFRO  
**CELSO FERRAREZI** - Letras - UFRO  
**HEINZ DIETER HEIDEMANN** - Geografia - USP  
**JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY** - História - USP  
**MARIO COZZUOL** - Biologia - UFRO  
**MIGUEL NENEVÉ** - Letras - UFRO  
**ROMUALDO DIAS** - Educação - UNICAMP  
**VALDEMIR MIOTELLO** - Filosofia - UFSC

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times  
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"  
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775  
CEP: 78.900-970  
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

# PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

*lathé biosa* **125**



**O QUE É (OU DEVE SER) DISCURSO NA  
ANÁLISE DO DISCURSO?**

**MILTON CHAMARELLI FILHO**



**Milton Chamarelli Filho**

Professor do Curso de Letras - UFAC  
chamarelli@nauanet.com.br

## O que é (ou que dever ser) discurso na análise do discurso?

O título deste trabalho é suficientemente provocativo na medida em que toma por consideração a probabilidade de existência de um conceito que parece já estar bem estabelecido no campo da ciência da linguagem, o conceito de discurso.

A princípio, convém dizer que um conceito de discurso só se tornou possível por uma espécie de ruptura no âmbito da tradição dos estudos sobre a linguagem. Estudos este que buscavam os princípios de invariância que caracterizam as línguas.

Neste sentido, a ciência lingüística, através de Saussure (início do século XX) e Chomsky (segunda metade do século XX), é a herdeira de uma tradição da razão cartesiana fundada sobre o *logos*. E, tomada ao pé da letra, a Análise do Discurso — que surgiu a partir de disciplinas como o marxismo e a psicanálise, que descentravam o *logos*, a partir da noção de que o homem não é senhor do seu discurso —, não poderia ser tomada como uma disciplina científica. Sendo assim, poderia haver uma análise do discurso, se se toma por base os parâmetros de cientificidade da lingüística descritiva e normativa, tais como a recursividade de fatores que tornariam a língua um sistema?

Antes do surgimento da AD, a ciência da linguagem desenvolveu conceitos basilares, tais como os de *langue e parole*, em Saussure, e os de *competência e desempenho*, em Chomsky. Mas estes conceitos não eram suficientes e nem podiam amparar um conceito de língua, a partir do ponto de vista do dialogismo; noção que só surgiu com a publicação de *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Mikhail Bakhtin (Volochinov).

A fim de delinear, com mais precisão, se é que é possível, o conceito de discurso, basta pensarmos o quanto se torna incompatível ou inadequado uma noção de discurso que hoje temos, a partir do texto de Bakhtin e também de Wittgenstein, se tentamos observar qualquer semelhança com aqueles conceitos desenvolvidos pela lingüística estrutural. Tomemos uma dessas vias.

Discurso é, no sentido de Wittgenstein, o uso que fazemos da língua, e essa definição, apesar de ser simplória, parece-nos a mais interessante. Por quê? A princípio porque não podemos afirmar que um tipo enunciado seja um discurso só porque ele se enquadra em determinados parâmetros de gêneros discursivos determinados *a priori*. Como seria classificar, por exemplo, um “discurso publicitário” encomendado pelo governo: discurso político ou publicitário?<sup>1</sup> Passemos a uma definição de discurso.

---

<sup>1</sup> A divisão dos discursos por gêneros se vê enfraquecida à medida que o uso tem provado o quanto pode haver de hibridizações de discursos, como, por exemplo, textos jornalísticos quase poéticos, textos publicitários quase políticos, textos literários como quase ensaios (como em Borges) etc. A única importância dessas divisões reside no *ranço* institucional que os discursos possuem, e não provam, por exemplo, por que um discurso político pode ser mais argumentativo do que um discurso que se usa no cotidiano.

Excluída a possibilidade de pensarmos o discurso em função de grades preestabelecidas, o discurso pode ser pensado fora do âmbito exclusivamente institucional; isto quer dizer que, qualquer discurso, mesmo uma *simples* informação sobre horas, pode ser pensada como tal, como os atos de fala indiretos, que fazem parte do uso da linguagem do cotidiano e, no entanto, não são atos de linguagem institucionais como os atos perlocutórios estudados por Searle, Austin e Alston.

A definição de discurso, como uso que fazemos da língua, talvez possa ser precisada como “o uso que fazemos da língua em determinado contexto”. A ampliação torna a definição mais precisa, porém, torna os contextos de apreensão desse discurso mais fluidos, que torna, por sua vez, o próprio âmbito da AD mais precário, à medida que a sistematicidade almejada para a conquista do status de disciplina é cerceada pelas categorias que se apresentam nos discursos escritos, deixando, de lado, os discursos orais e sua estruturação como aqueles estudados por John J. Gurperz. ”.

A ampliação torna o âmbito da AD mais precário porque os contextos são múltiplos, variáveis e difíceis de determinar, até porque a noção de contexto pode englobar situações em que a participação subjetiva do enunciador possa ser tão importante que seria necessário definir a que situação ele está exposto, tal como é feito pela sociolinguística quando vai determinar as variáveis de sua pesquisa.

A definição acima dada não deixa claro que o uso que da língua se faz, sendo “usada pelo discurso”, é a língua enquanto materialidade e como *intenção*. Isso talvez nos diga que o fundamento ontológico do discurso não está nos estudos sobre linguagem *estrito sensu*, mas na psicologia. Talvez tenha sido esse o intuito de Saussure quando colocou que: *Pode-se, então conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chama-la-emos de Semiologia*<sup>2</sup>

Naturalmente, é muito difícil assimilar o conceito de intenção ao âmbito de estudos da linguagem, mas a intenção não pode ser pensada sozinha, ou melhor, só pode ser pensada em termos de propósito, finalidade a que se destinou determinado texto (incluindo a posição do interlocutor, a da recepção).

No momento em que a língua é usada como intenção, a língua não é tão somente a materialidade fônica, mensurável, através dos morfemas e sintagmas que a particularizam, a língua é *usada* como discurso. Ou, melhor dizendo, a língua vai ser pensada como discurso, e discurso, neste sentido, é estratégia ou meio de se atingir determinado fim. Meio este que torna a língua um instrumento para ser usado na arena das ações languageiras: terreno movediço, *não-lugar*, para usarmos o conceito de Marc Augé.

A língua estará *na arena* sob o domínio do discurso, e a materialidade deste surge à medida que está investido de intenção e finalidade e de subjetividade do falante. Mas a quem este se destina e como? Nesta outra esfera, pode-se compreendê-lo? Parece-nos que este é um parâmetro de definição de discurso, já que um discurso é endereçado a outrem e se constitui em função deste outrem.

---

<sup>2</sup> SAUSSURE, 1991. p. 24.

Compreender o discurso é passar para esse “segundo nível”, ou seja, é passar da funcionalidade da língua para a sua intencionalidade; é *des-cobrir*, como na língua podem estar *acumulados ou traçados* significados de outrem, a intenção de outrem, e tentar delinear o discurso com outros significados que não aqueles do seu enunciador; é despilar a língua de um vestuário e lhe dar outro. É praticamente fazer uma *arqueologia* do significado presente na língua.

O discurso é, assim, a função de uso da língua em determinado contexto, materialmente relacionado às intenções dos falantes, por isso, a intencionalidade não existe como uma condição “psicológica pura” para a existência do discurso.

A intencionalidade como forma de pensamento estrutura-se como linguagem. Esta, sob este ponto de vista seria a própria materialidade da língua pensada como discurso, o que significa não pensar a língua a partir da língua, de “dentro da língua”, como queria Wittgenstein, mas pensar a língua como estratégia, e talvez se possa dizer *semioticamente*. E pensamos semioticamente a língua, com base em Peirce, por exemplo, pode nos conduzir a pensar a língua como uma definição de signo. Com isto, não estaríamos longe do pensamento de Saussure, como vimos acima.

Aqui surgiria um conceito, alguns poderiam objetar, para amparar esse conceito de intencionalidade, como o de *formações discursivas* ligado a *formações ideológicas*, como em Foucault, à medida em que, *grosso modo*, as condições psicológicas do homem são reflexos das suas condições materiais e que, em contrapartida, se refletem no comportamento linguageiro do homem. Ou seja, o discurso do homem perpassado o tempo todo pela ideologia ou pela fala de outrem? Mas estará o nosso discurso perpassado de formações ideológicas integralmente?

É provável que, no âmbito institucional, e muito em função do papel da mídia, estejamos constantemente tangendo as cordas dos discursos institucionalmente constituídos. Mas sempre será assim? E se for assim, no âmbito do cotidiano, teremos que assumir que existam formações ideológicas tão singulares quanto nossas intenções, ou melhor, tão singulares quanto os nossos discursos mais íntimos?

Se pensarmos o discurso no âmbito institucional, teremos que pensá-lo, semioticamente como *mapa*. Porque estes discursos nos conduziram a um caminho possível e previsível, onde tudo se originou, mas também a um possível mapa às avessas, conduzindo-nos ao fim a que é destinado, seu *telos*.

Todo discurso institucional possui o seu *telos*, já que traz, em sua fundação, a sua possibilidade de resolução, o que não quer dizer também que os discursos sejam responsáveis pelas ações dos homens e as suas conseqüências. É a intenção que é responsável pelo *telos* dos/nos discursos. A materialidade é a forma que o discurso assume.

Parece-nos que a noção de discurso lança-nos um desafio, à medida em que só pode ser formulada se entendemos o uso que fazemos da língua. Não se trata de fazermos uma descrição completa das situações cotidianas em que o discurso é usado como meio de persuasão, mas de como o discurso se constrói em função dos demais discursos com que dialoga, já que é desta correlações que o discurso se constitui. O uso que fazemos da língua é o “resultado” da relação que estabelecemos com o outro. O discurso é o “resultado” da relação que ele mantém com outros discursos.

O discurso só se constitui enquanto discurso quando ele é um interdiscurso. Ele só pode ser tornar classificável como gênero quando tomado em consideração a outros discursos; o que nos mostra também que o que funda o discurso é o dialogismo, como está em Bakhtin.

O dialogismo me inscreve e inscreve o outro no discurso enquanto intenção de mim para ele e dele para mim. O discurso, nesse sentido, é uma intercessão de subjetividades, e de objetividades que acredito serem subjetividades, enquanto crença, ou objetividades, enquanto razões, para o outro e vice-versa.

As objetividades podem fazer parte do *horizonte de expectativas*, para usar uma metáfora da Estética da Recepção, de meu interlocutor e apenas nele “ecoar” como objetividades (como razões que estariam “acima do bem e do mal”), ou fazendo nele ecoar como subjetividades objetivas (como os seus pontos de vista) das quais compartilha. Como também podem não fazer parte desse *horizonte de expectativas* do receptor e fazer eclodir nele as suas subjetividades. Porque as objetividades, como função ideológica, estão sempre naturalizadas, ou melhor, tornando natural aquilo que é convencional (ou o que acreditamos ser convencional), isto é, os significados da linguagem para um grupo ou para um indivíduo.

O discurso estará sempre nessas intercessões, nessas passagens de objetividades e subjetividades, entre e o enunciador e o interlocutor, em qualquer momento, e se há uma metáfora do *jogo*, como o colocou Wittgenstein, para definir o estatuto da linguagem, este se dá entre as crenças e razões que podem ou não ser compartilhadas por uma comunidade: de uma breve informação a um ato terrorista. Como estas crenças ou razões nos chegam, e como nós as proferimos, é pura estratégia, ou melhor, intenção revestida de materialidade.

### **Referências Bibliográficas;**

- BAKHTIN, Mikhail. (Volochinov). (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, HUCITEC.
- FOUCAULT, Michel. (1987). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1991). *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. (1994). *Investigações filosóficas*. Petrópolis, Vozes.

## VITRINE

**DIVULGUE:**

PRIMEIRA VERSÃO  
NA INTERNET

**<http://www.unir.br/~primeira/index.html>**

Consulte o site e leia os artigos publicados

*fechar os olhos e pensar o sol  
como só um sol pode ser pensado  
pre-sentido pesado calculado  
capturado pelo olhar anzol*

*prendê-lo na grade do muro branco  
onde a pedra sem cal já não faz falta  
horizonte de paz que a linha alta  
do Equador fez em tom demônio-anjo*

*enlaçar esse sol com toda a sede  
cada sombra que houver dentro do corpo  
salgá-lo de saliva e sangue sempre*

*e deixar que este sol já quase morto  
continue ardendo eternamente  
enquanto restar um olhar um olho*

**CARLOS MOREIRA**